

Parlamentares cobrarão recursos

Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento voltarão a se reunir com o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, na próxima semana, para discutir de onde vão tirar dinheiro que garanta o R\$ 1,3 bilhão cortado do orçamento de 1998 para a saúde. A comissão decidiu que a verba terá de ser devolvida, caso contrário, o setor não terá o mesmo volume de recursos de 1997. A área econômica insiste que não há verba disponível.

O relator da área de saúde na comissão, senador Romero Jucá (PFL-RR), afirmou ontem que de nada adiantará o Congresso mudar a proposta, se depois o presidente Fernando Henrique Cardoso tiver de vetar. "Devemos encontrar uma opção responsável que possa ser executada", disse o senador.

Há quinze dias, o relator-geral da comissão, Aracely de Paula (PFL-MG) recebeu algumas sugestões para recompor os recursos para a saúde. Entre elas, o uso de R\$ 2 bilhões dos R\$ 37 bilhões reservados para o pagamento de juros da dívida interna ou o remanejamento de recursos destinados a outras áreas.

Privatização - O terceiro vice-presidente da comissão, João Fassarella (PT-MG), acredita que a melhor saída

seria rever a receita obtida com a privatização de empresas e a concessão de serviços. Ele aposta que essa receita está subestimada.

A falta de acordo sobre a verba da Saúde em 1998 pode comprometer a aprovação da prorrogação por mais 11 meses da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Mesmo integrando a base governista, o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), um dos principais interlocutores do ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, diz estar indeciso sobre o apoio à CPMF.

"Não concordo que o Governo use a CPMF como fonte principal", explicou o deputado, lembrando que, quando foi aprovada, a contribuição era uma fonte complementar. Segundo o deputado Fassarella, "está crescendo na Câmara um sentimento de que se ajudou o Governo a simplesmente aumentar a carga tributária com a desculpa de arrumar mais dinheiro para a saúde". Na quinta-feira, líderes do Governo assinaram manifesto condenando o corte de recursos para a saúde e advertindo que o País está próximo de uma grave crise no setor devido à ausência de vontade política da área econômica" em liberar os recursos orçamentários.